



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE (DFC)
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS (CCA)

KELVIN YVENS GOMES MARTINS

**FECUNDIDADE E RELIGIÃO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS**

JOÃO PESSOA

2026

KELVIN YVENS GOMES MARTINS

**FECUNDIDADE E RELIGIÃO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Atuariais pela Universidade Federal da Paraíba.

Área de concentração: Demografia.

Orientador: Prof. Bel. Hugo Vieira Sá Ferreira Gomes.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M386f Martins, Kelvin Yvens Gomes.

Fecundidade e religião no Brasil: evidências dos censos demográficos / Kelvin Yvens Gomes Martins. - João Pessoa, 2026.

51 f. : il.

Orientação: Hugo Gomes.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Fecundidade. 2. Religião. 3. Transição demográfica. I. Gomes, Hugo. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 368(043)

KELVIN YVENS GOMES MARTINS

**FECUNDIDADE E RELIGIÃO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Ciências Atuariais pela Universidade
Federal da Paraíba.

Aprovado em: 26/03/2026

Banca Examinadora

Prof. Bel. Hugo Vieira Sá Ferreira Gomes
Orientador
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Vera Lúcia Cruz
Avaliadora
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Me. Samara Lauer Santos
Avaliadora
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão à minha mãe, Solange, uma mulher guerreira que sempre se dedicou ao máximo para me proporcionar amor, carinho e atenção. Ao meu pai, Francinaldo, deixo meu sincero agradecimento por ser minha base de coragem e esforço, exemplo que levarei por toda a vida.

À minha esposa, Jéssica, minha eterna companheira há 15 anos, agradeço por todo apoio, incentivo e por acreditar em mim, muitas vezes mais do que eu mesmo. Sua presença foi essencial em cada etapa dessa caminhada.

Ao meu filho, Henrique, que ainda está por vir, mas que já é minha maior motivação diária, deixo todo o meu amor. É por você que busco ser melhor a cada dia.

Aos amigos que fiz ao longo do curso, meu muito obrigado pelos momentos compartilhados, pelas risadas e pelos desafios superados juntos. Levo cada um de vocês comigo, com carinho e gratidão.

Aos professores do curso, que foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e pessoal, deixo meu sincero reconhecimento. Em especial, ao professor Hugo, que aceitou ser meu orientador com extrema dedicação, atenção e cuidado, contribuindo significativamente para o desenvolvimento deste trabalho. Estendo também meu agradecimento à professora Samara e à professora Vera, membros da banca examinadora, pelas valiosas sugestões e contribuições, que enriqueceram este trabalho.

Acredito que a superação nasce da persistência diante das dificuldades e da coragem de continuar mesmo quando o caminho parece incerto. Cada obstáculo vencido fortalece quem escolhe não desistir, transformando sonhos em conquistas.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar em que medida os padrões de fecundidade diferem entre os grupos religiosos mais representativos no Brasil e como esses diferenciais evoluíram ao longo dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022. Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa e descritiva, de natureza documental e baseada em dados censitários. Os resultados indicam que a fecundidade brasileira apresenta trajetória de declínio nos três grupos analisados, porém com ritmos distintos de transição. Essa heterogeneidade é evidenciada pela Fecundidade Completa da Coorte (CCF), calculada para mulheres de 40 a 49 anos, na qual as evangélicas registram média de 2,12 filhos em 2022, valor superior ao das católicas (1,86) e das mulheres sem religião (1,90), mantendo-se acima da Taxa de Fecundidade Total (TFT) nacional de 1,55. Ao longo do período analisado, observa-se o deslocamento do ápice reprodutivo da faixa de 20–24 anos, em 2000, para 25–29 anos, em 2022, acompanhado pelo avanço do adiamento da maternidade. A nuliparidade entre mulheres jovens ultrapassa 64% em todos os grupos, embora as evangélicas apresentem início mais precoce da trajetória reprodutiva. Esses resultados evidenciam que os diferenciais de fecundidade entre os grupos religiosos se manifestam tanto na intensidade quanto no calendário dos nascimentos, além de apresentarem trajetórias distintas ao longo do período analisado. Conclui-se que a transição da fecundidade no Brasil ocorre de forma não homogênea, sendo caracterizada por padrões diferenciados, como a redução do tamanho final das famílias, o adiamento da maternidade e a menor intensidade desses processos, reforçando o papel da filiação religiosa na dinâmica recente da fecundidade no país.

Palavras-chave: Fecundidade. Religião. Transição Demográfica.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the extent to which fertility patterns differ among the most representative religious groups in Brazil and how these differences have evolved across the Demographic Censuses of 2000, 2010, and 2022. In terms of approach, the research is classified as quantitative and descriptive, based on documentary analysis of census data. The results indicate that fertility in Brazil has declined across all three analyzed groups, although at different rates of transition. This heterogeneity is evidenced by the Completed Cohort Fertility (CCF), calculated for women aged 40 to 49, in which Evangelical women recorded an average of 2.12 children in 2022, higher than that observed among Catholic women (1.86) and women with no religion (1.90), remaining above the national Total Fertility Rate (TFR) of 1.55. Over the analyzed period, there is a clear shift in the peak fertility age from 20–24 years in 2000 to 25–29 years in 2022, accompanied by the advancement of delayed motherhood. Childlessness among young women exceeds 64% across all groups, although Evangelical women tend to enter motherhood earlier. These findings show that fertility differentials among religious groups are expressed not only in the level but also in the timing of childbearing, and that they have followed distinct trajectories over time. The study concludes that the fertility transition in Brazil is not homogeneous, being characterized by differentiated patterns such as the reduction in completed family size, the postponement of motherhood, and varying intensities of these processes, reinforcing the role of religious affiliation in shaping recent fertility dynamics in the country.

Keywords: Fertility. Religion. Demographic Transition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Série histórica da TFT, Brasil, 1960 - 2022	17
Figura 2 - Variação percentual da população feminina em idade reprodutiva, 2000-2022	34
Figura 3 - Média de filhos nascidos vivos por grupo religioso, Brasil, 2000, 2010 e 2022	38
Figura 4 - Proporção de mulheres com quatro ou mais filhos nascidos vivos segundo grupo religioso, Brasil, 2000, 2010 e 2022	39
Figura 5 - Proporção de mulheres sem filhos nascidos vivos de 20 a 29 anos, Brasil, 2000, 2010 e 2022	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre as variáveis do censo27

Quadro 2 - Informações sobre as variáveis do SINASC28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População feminina em idade reprodutiva por grupo religioso, Brasil, 2000, 2010 e 2022.32

Tabela 2 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2000.35

Tabela 3 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2010.36

Tabela 4 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2022.37

Tabela 5 - Evolução da concentração da maternidade por faixa etária das mulheres, Brasil, 2000 a 2022.40

Tabela 6 - Comparação CCF x TFT, por grupo religioso, Brasil, 2022.43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos	13
1.4 JUSTIFICATIVA	13
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 FECUNDIDADE: CONCEITOS CENTRAIS	15
2.2 A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL	16
2.3 INDICADORES E DIMENSÕES DA FECUNDIDADE	18
2.3.1 Taxa de Fecundidade Geral (TFG)	18
2.3.2 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)	19
2.3.3 Taxa de fecundidade Total (TFT)	19
2.3.4 Fecundidade Completa da Coorte	20
2.3.5 Paridade zero (nuliparidade)	20
2.4 RELIGIÃO E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO	21
2.5 ESTUDOS ANTERIORES	22
3 METODOLOGIA	26
3.1 TIPO DE PESQUISA	26
3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E COLETA DOS DADOS	27
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISES	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	32
4.1 TRANSIÇÃO DA COMPOSIÇÃO RELIGIOSA	32
4.2 FECUNDIDADE COMPLETA DA COORTE	34
4.3 A CONCENTRAÇÃO E O ADIAMENTO DA MATERNIDADE	40
4.4 O CRUZAMENTO COM A TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A fecundidade refere-se à relação entre os nascimentos vivos e mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos), servindo como métrica fundamental para análises comparativas entre populações e períodos históricos (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994; Fundo de População das Nações Unidas, 2018). Este indicador é capaz de analisar o comportamento reprodutivo da população, sendo essencial para a compreensão do crescimento ou declínio populacional, além de explicar a diferença entre o número de filhos desejados e o número de filhos tidos (Leocádio; Verona; Wajnman, 2023).

Estudos realizados entre os anos 2020 e 2023 têm discutido os diversos aspectos que influenciam neste índice, sejam eles biológicos, econômicos ou sociais (Raybould; Sear, 2020; Leocádio; Verona; Wajnman, 2023). Dentro do contexto social, a religião se destaca como uma crença e valor cultural importante que pode influenciar as taxas de fecundidade (Alves; Cavenaghi, 2019; Alves; Barros; Cavenaghi, 2012).

O Brasil vivencia uma grande transição religiosa, marcada por um declínio significativo no número de católicos e na constante crescente de outras crenças, especificamente os evangélicos e o grupo que se considera “sem religião” (IBGE, 2025). Em 1872, cerca de 99,7% da população brasileira total se declarava católica. Em 2022, essa proporção caiu para 56,7%, enquanto os evangélicos passaram a representar 26,9% da população e os sem religião, 9,3% (IBGE, 2025).

Concomitantemente, o Brasil vivenciou uma rápida transição da Taxa de Fecundidade Total (TFT), ficando abaixo do nível de reposição a partir do ano de 2004 (Carvalho; Verona, 2014). Nesse contexto, o país atingiu a menor TFT de sua história em 2022, caindo para 1,55 filho por mulher e ficando cada vez mais distante do nível de reposição, que é de 2,1 filhos por mulher (IBGE, 2025).

Esse processo, associado ao aumento da escolarização feminina, à secularização e ao avanço dos métodos contraceptivos (Gonçalves et al., 2019), pode ser influenciado pela filiação religiosa, que atua como uma variável pertinente para a compreensão das diferenças no comportamento reprodutivo (Coutinho; Miranda-Ribeiro, 2014; Carvalho; Verona, 2014). Diferentes tradições religiosas

seguem crenças específicas sobre o papel da mulher e os valores da maternidade, influenciando as decisões sobre o número de filhos e o momento ideal para tê-los (Mcquillan, 2004; Stone, 2023; Derose; 2021; Mogi; Esteve; Skirbekk, 2022).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

A literatura aponta que a transição da fecundidade no Brasil não ocorre de forma homogênea entre os grupos religiosos, sendo observadas diferenças tanto na intensidade quanto no calendário dos nascimentos (Carvalho; Verona, 2014; Alves, 2022). Nesse contexto, a filiação religiosa surge como um possível fator associado às variações no comportamento reprodutivo, influenciando tanto o número de filhos quanto o momento em que ocorrem os nascimentos (McQuillan, 2004; Stone, 2023; DeRose, 2021).

No entanto, ainda são limitadas as análises que integrem o novo perfil religioso evidenciado pelo Censo Demográfico de 2022 aos indicadores de fecundidade completa e às dimensões relacionadas ao calendário reprodutivo, como o adiamento da maternidade e a nuliparidade. Essa limitação restringe uma compreensão mais abrangente das dinâmicas recentes da fecundidade no país, especialmente diante das transformações simultâneas observadas na estrutura religiosa e nos padrões reprodutivos (IBGE, 2025; Berquó; Cavenaghi, 2014).

Nesse sentido, permanece em aberto como esses diferenciais se manifestam no contexto brasileiro recente, considerando não apenas o nível da fecundidade, mas também sua distribuição ao longo do ciclo reprodutivo.

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: **Como os padrões de fecundidade diferem entre católicas, evangélicas e mulheres sem religião no Brasil ao longo dos Censos de 2000, 2010 e 2022?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as diferenças nos padrões de fecundidade entre católicas, evangélicas e sem religião no Brasil, considerando sua evolução nos censos de 2000, 2010 e 2022.

1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar a evolução da fecundidade completa por meio das médias de filhos tidos ao final do ciclo reprodutivo (40–49 anos).
- Caracterizar o adiamento da maternidade por meio das mudanças na concentração da fecundidade e no pico reprodutivo entre 2000 e 2022.
- Avaliar a evolução da nuliparidade (paridade zero) no início da trajetória reprodutiva (20–29 anos) e ao final do período fértil (40–49 anos).
- Comparar as convergências e divergências no comportamento reprodutivo entre os diferentes grupos religiosos.

1.4 JUSTIFICATIVA

Desde os anos 1960, o Brasil tem passado por grandes transformações demográficas e a mudança nos níveis de fecundidade é vista como uma das principais e mais complexas transformações sociais (Alves; Galiza, 2022). Esse fenômeno, frequentemente ligado a aspectos como urbanização, educação feminina e acesso a métodos contraceptivos, também é afetado por fatores culturais e religiosos que influenciam tanto a intensidade quanto o padrão etário reprodutivo das mulheres (Gonçalves *et al.*, 2019).

O Censo Demográfico de 2022 consolidou a mudança no perfil religioso do país, onde a proporção de evangélicos e sem religião cresceu 5,2 e 1,3 pontos percentuais, respectivamente, em relação ao Censo de 2010. Diante desse cenário, torna-se relevante investigar as diferenças nos padrões de fecundidade entre os grupos católicos, evangélicos e sem religião, considerando tanto o tamanho final das famílias quanto o adiamento da maternidade, observado por meio do deslocamento das idades de pico da fecundidade e do aumento da nuliparidade em idades mais jovens.

Num país onde a religião tem um papel fundamental não só na definição da política brasileira, mas também na formação de valores e comportamentos (Alves, 2022), a análise da relação entre filiação religiosa e fecundidade contribui para os estudos demográficos, ao permitir aprofundar as discussões sobre o nível de

reposição populacional e os diferentes padrões da transição demográfica observados entre os grupos religiosos.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho contribui ao incorporar o recorte religioso na análise da fecundidade no Brasil, ampliando a compreensão sobre a heterogeneidade dos padrões reprodutivos e oferecendo evidências empíricas recentes a partir dos dados do Censo 2022. No âmbito social, a identificação desses diferenciais entre os grupos religiosos pode contribuir aos estudos sobre projeções populacionais e o planejamento de políticas públicas de longo prazo, especialmente nas áreas de seguridade social e mercado de trabalho, diante dos impactos das mudanças na estrutura familiar sobre a dinâmica demográfica do país.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde à introdução, onde serão apresentadas a contextualização, o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e a justificativa para o tema escolhido. O segundo capítulo trata do referencial teórico, reunindo os principais conceitos, autores e estudos que embasam a análise da fecundidade sob a ótica da religião. O terceiro capítulo descreve a metodologia que será adotada, detalhando o tipo de pesquisa, a base de dados utilizada, os procedimentos de coleta e análise dos dados. No quarto capítulo, encontram-se os resultados e discussões. Por fim, no quinto capítulo, encontram-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção tem como objetivo estabelecer uma base teórica para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo organizada em quatro eixos principais. O primeiro tópico aborda os conceitos centrais da fecundidade e o papel da mulher no controle da fecundidade. O segundo tópico é dedicado à transição da fecundidade brasileira, com o entendimento sobre o início do declínio, os recentes dados do censo 2022 sobre a queda da fecundidade, mudanças no perfil das mulheres em idade reprodutiva e as distinções existentes entre as religiões do Brasil. O terceiro tópico apresenta os principais indicadores da fecundidade, que são base para o estudo. No quarto tópico, é dedicado à religião e comportamento reprodutivo, apresentando estudos que discutem o papel da religião nas escolhas reprodutivas, princípios religiosos que regem a vida sexual e a religião como formação de valores em favor da reprodução. Por fim, o quinto tópico contempla estudos anteriores que analisaram a associação entre religião e fecundidade, tanto no Brasil quanto em outros países, servindo como referência empírica e comparativa para a presente investigação.

2.1 FECUNDIDADE: CONCEITOS CENTRAIS

O conceito de fecundidade é amplamente utilizado nos estudos demográficos, especialmente na análise da dinâmica reprodutiva de uma população ao longo do tempo. O termo tem origem no latim *fecunditas*, e sua raiz etimológica, *fecundus*, remete à ideia de fertilidade natural (Rezende; Bianchet, 2014). Em outras palavras, é a capacidade reprodutiva máxima de forma espontânea por meios biológicos (Bradshaw; McMahon, 2008).

No campo da demografia, Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1994) referem-se à fecundidade como o número efetivo de nascimentos vivos em relação ao total de mulheres em idade reprodutiva, compreendida entre 15 e 49 anos. Dessa forma, trata-se da expressão concreta do comportamento reprodutivo feminino em determinado tempo, refletindo não apenas a capacidade de ter filhos, mas a realização efetiva dessa capacidade.

Comumente, a fecundidade é confundida com outro conceito semelhante: a fertilidade. Embora os dois termos estejam interligados, eles não são sinônimos.

Enquanto a fertilidade diz respeito à aptidão biológica de um indivíduo para conceber filhos, a fecundidade é um indicador observado, resultante da ocorrência real de nascimentos (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994). A fertilidade é, portanto, uma condição potencial, que pode ou não se converter em filhos nascidos vivos, estando condicionada por fatores como a idade, saúde sexual e reprodutiva e presença de patologias (Miranda-Ribeiro, 2024). Já a fecundidade incorpora também dimensões sociais, culturais, econômicas e comportamentais, sendo influenciada por escolhas individuais e condições contextuais que determinam se e quando as mulheres terão filhos (Gonçalves *et al.*, 2019).

Esse distanciamento entre o potencial biológico (fertilidade) e a realidade observada (fecundidade) é evidente em sociedades onde as mulheres dispõem de maior autonomia reprodutiva. Como destacam Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1994), à medida que as mulheres têm maior liberdade para decidir se desejam ter filhos, bem como quantos e em que momento da vida, o número de filhos tende a ser inferior ao seu limite biológico natural. Isso significa que, mesmo em contextos sem barreiras físicas à reprodução, o comportamento reprodutivo pode ser intencionalmente limitado, resultando em níveis mais baixos de fecundidade. Esse fenômeno também está relacionado ao adiamento da maternidade, processo que reduz o tempo útil de exposição à gravidez, impactando negativamente as taxas de nascidos vivos. Como aponta Miranda-Ribeiro (2024), o prolongamento da entrada na maternidade é uma das explicações centrais para os persistentes níveis baixos de fecundidade nas diversas populações.

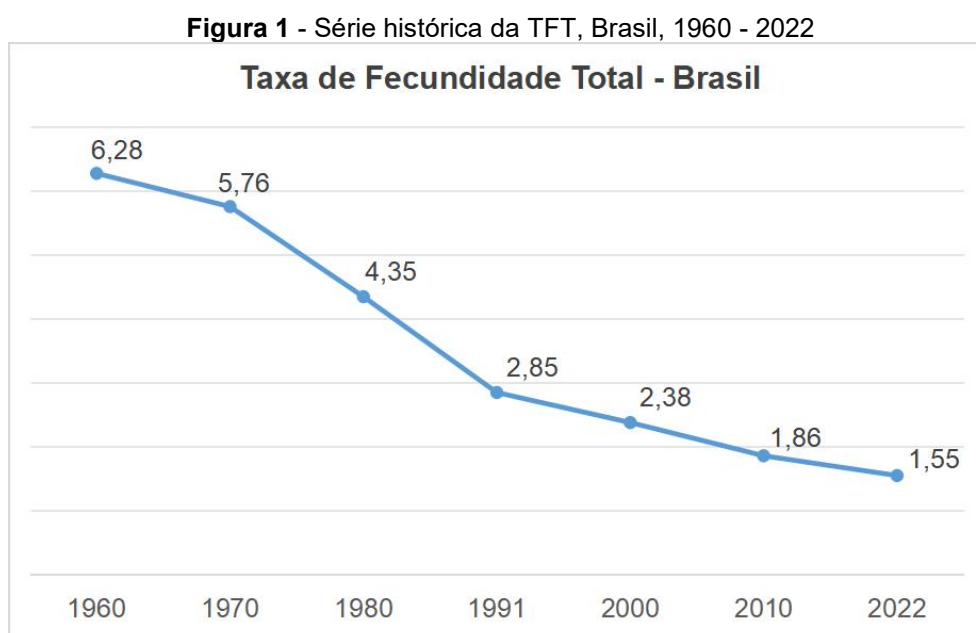
Portanto, ao tratar da fecundidade em contextos históricos como o brasileiro, é fundamental distinguir seu conceito técnico da fertilidade, bem como reconhecer que seus indicadores permitem observar diferentes padrões reprodutivos ao longo do tempo. Nesse sentido, a análise da fecundidade no Brasil requer a compreensão de sua evolução histórica, marcada por mudanças significativas nos níveis e no calendário reprodutivo da população.

2.2 A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE NO BRASIL

O Brasil, desde meados do século XX, tem passado por uma transição demográfica marcada por uma intensa e persistente queda nas taxas de fecundidade, resultando em uma grande transformação na estrutura etária da

população (Gonçalves *et al*, 2019). No início dos anos 1980, o termo “transição” não era muito utilizado, sendo preferível à época o uso do termo “desestabilização”. Ao longo dos anos 1980, o termo desestabilização foi caindo em desuso (Alves, 1994).

De acordo com Rios-Neto (2020), a transição brasileira ocorreu em duas fases distintas. A primeira fase ocorreu no início do século XX, de forma gradual e semelhante ao observado em países europeus, levando a ser chamada de “transição clássica”. A segunda fase teve início no fim da década de 1960, com características totalmente distintas: Houve uma queda acelerada e acentuada, de modo que se tornou um dos processos mais acelerados dentre os países subdesenvolvidos. O reflexo direto dessa queda acelerada pode ser visto na Taxa de Fecundidade Total (Figura 1).



Fonte: Elaboração própria (2026), baseada nas séries históricas do IBGE.

A Taxa de Fecundidade Total (TFT), que indicava mais de seis filhos por mulher em 1960, caiu para cerca de 1,55 em 2022, segundo dados atualizados do Censo Demográfico, um patamar já abaixo do nível de reposição populacional, que é de 2,1 filhos por mulher.

Um aspecto distintivo da experiência brasileira é a desigualdade interna desse processo: nem todas as regiões e grupos populacionais atravessaram a transição da mesma forma ou no mesmo ritmo. Por exemplo, nas regiões Norte e Nordeste, a

fecundidade permaneceu relativamente mais alta por mais tempo em comparação às regiões Sudeste e Sul (Gonçalves *et al.*, 2019).

Contudo, dados recentes demonstram que esse tempo de grandes diferenciais tem se encerrado, marcando a entrada do Brasil em um período de convergência da Taxa de Fecundidade Total (TFT). O Nordeste, por exemplo, experimentou uma queda mais acentuada na fecundidade nos últimos anos (IBGE, 2025). Atualmente, a região Norte é a que mais destoa no cenário nacional, mantendo um padrão de fecundidade mais jovem e com níveis ligeiramente mais altos, mas, em termos gerais, as taxas de todas as regiões encontram-se relativamente próximas (IBGE, 2025).

Da mesma forma, fatores como renda, escolaridade, cor/raça e religião influenciam diretamente o comportamento reprodutivo, gerando heterogeneidades importantes (Berquó; Cavenaghi, 2004; Carvalho; Wong, 2006; Alves; Cavenaghi, 2013; Carvalho, 2021; Leocádio; Verona; Wajnman, 2023).

2.3 INDICADORES E DIMENSÕES DA FECUNDIDADE

A análise da fecundidade exige a utilização de indicadores sintéticos, como a Taxa de Fecundidade Geral (TFG), a Taxa de Fecundidade Total (TFT) e a Taxa Específica de Fecundidade (TEF), bem como indicadores de análise empírica como a fecundidade acumulada ao final do período reprodutivo e a nuliparidade. Essas informações auxiliam na captura tanto da intensidade (o número atual e final de filhos) quanto o ritmo reprodutivo (o momento em que ocorrem os nascimentos).

2.3.1 Taxa de Fecundidade Geral (TFG)

A Taxa de Fecundidade Geral (TFG) é um indicador sintético que expressa a relação entre o número de nascidos vivos em determinado ano e o total de mulheres em idade reprodutiva, compreendida entre 15 e 49 anos (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994). Por seu caráter agregado e pela simplicidade do cálculo, a TFG é utilizada em análises censitárias e permite uma visão geral do nível de fecundidade de uma população em um período específico.

Entretanto, por tratar de forma homogênea todo o contingente de mulheres em idade fértil, a TFG apresenta limitações. O indicador não considera a distribuição

etária interna do grupo, podendo ser influenciado por diferenças na composição demográfica, como a maior presença de mulheres jovens, o que compromete sua comparabilidade entre populações distintas (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994). Dessa forma, embora não seja recomendada para comparações diretas entre grupos com estruturas etárias desiguais, a menos que seja realizada a devida padronização etária, a TFG segue sendo útil como medida descritiva do nível geral de fecundidade.

2.3.2 Taxa Específica de Fecundidade (TEF)

A Taxa Específica de Fecundidade (TEF) é um dos indicadores mais informativos na análise do comportamento reprodutivo, pois expressa a relação entre o número de nascidos vivos de mães pertencentes a um determinado grupo etário e o total de mulheres na mesma faixa etária. As TEFs são calculadas em grupos quinquenais — como 15–19, 20–24, 25–29 até 45–49 anos — o que permite identificar as idades em que a fecundidade se concentra e como ela se distribui ao longo do ciclo reprodutivo feminino (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994).

Por dar ênfase na idade das mulheres, a TEF elimina o efeito da estrutura etária da população, oferecendo resultados mais consistentes do que indicadores agregados. Com isso, a TEF é utilizada na comparação de padrões reprodutivos entre diferentes grupos populacionais, revelando, por exemplo, concentrações mais precoces ou tardias da fecundidade associadas a diferentes contextos sociais, níveis de escolaridade ou filiações religiosas (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994).

2.3.3 Taxa de fecundidade Total (TFT)

A Taxa de Fecundidade Total (TFT) é mais um indicador sintético que resume o comportamento reprodutivo de uma população ao informar o número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua vida reprodutiva, caso estivesse exposta, ao longo de todo o período fértil, às taxas específicas de fecundidade observadas em determinado ano (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994).

O cálculo da TFT resulta da soma das TEFs multiplicada pela amplitude dos grupos etários, geralmente de cinco anos, o que possibilita comparações entre diferentes períodos e contextos populacionais (Carvalho; Sawyer; Rodrigues, 1994).

Cabe destacar que a TFT é uma medida hipotética, pois não considera eventos como a mortalidade feminina antes do término do período reprodutivo nem os filhos que essas mulheres poderiam ter tido, devendo, portanto, ser interpretada como um indicador de tendência e intensidade média da fecundidade, e não como a trajetória real de uma coorte específica.

2.3.4 Fecundidade Completa da Coorte

A Fecundidade Completa da Coorte (CCF) representa o número médio de filhos tidos por mulheres que já concluíram o seu período reprodutivo (Dattani; Rodés-Guirao, 2025). Diferente das taxas sintéticas calculadas para um ano específico, a CCF foca na paridade final das coortes que completaram ou estão ao final de seu ciclo reprodutivo (40 a 49 anos).

A principal medida associada a essa análise é a média de filhos tidos por mulher, utilizada para avaliar o grau de aproximação ou afastamento dos níveis de reposição populacional (Dattani; Rodés-Guirao, 2025). Ao possibilitar comparações entre diferentes grupos sociais, como os definidos por filiação religiosa, a CCF permite identificar ritmos distintos de mudança no comportamento reprodutivo, oferecendo uma leitura mais estrutural da dinâmica demográfica

2.3.5 Paridade zero (nuliparidade)

A nuliparidade, conceito comumente utilizado na medicina e em raros casos, no âmbito demográfico, é um indicador que estima o número total de mulheres que concluem seu período reprodutivo sem ter filhos. Mulheres nulíparas atingem a base da equação da TFT, uma vez que elas contribuem com um “zero” no cálculo da média da TFT.

A análise da nuliparidade explica mais do que a simples ausência na geração de filhos, ela redefine o significado da maternidade. Nesse sentido, o poder de decisão no interior das famílias pode ser compreendido como um elemento relevante na dinâmica reprodutiva, na medida em que maior autonomia feminina tende a ampliar sua capacidade de influenciar decisões relacionadas à fecundidade. Mason (1988) examina hipóteses cujo processo afeta a fecundidade, uma delas é: “A autonomia da mulher influencia seu acesso a conhecimentos e modos de ação

modernos e, portanto, sua propensão em engajar-se em comportamentos inovadores, incluindo a limitação da família”.

Nesse contexto, não ter filhos deixa de ser uma mera limitação ou falha e passa a ser uma escolha legítima, alinhada às realizações pessoais e aos futuros projetos da vida (Fidelis; Mosmann, 2014).

2.4 RELIGIÃO E COMPORTAMENTO REPRODUTIVO

A religião, enquanto sistema social, exerce um papel significativo no molde das escolhas reprodutivas dos indivíduos (Carvalho, 2021; Freitas; Mendes; Maciel, 2017). Ela oferece orientações morais sobre temas como sexualidade, maternidade e aborto (Verona; Regnerus, 2014). Dessa forma, diferentes tradições religiosas sustentam visões particulares sobre o que é considerado apropriado ou inaceitável em relação ao comportamento sexual e reprodutivo.

Nas religiões monoteístas, em particular o cristianismo, a moral sexual está diretamente ligada a valores como castidade, fidelidade e ao núcleo familiar como base (Dias, 2004; Dantas, 2010). Estes princípios produzem diretrizes sobre o início da vida sexual e o papel da mulher na reprodução. No catolicismo, por exemplo, o ensino da igreja é baseado na encíclica *Humanae Vitae* (1968), que condena o uso de métodos contraceptivos que sejam diferentes dos chamados “métodos naturais” para controle da fecundidade. A maternidade é frequentemente valorizada como vocação, o que fortalece a percepção de que a reprodução é parte essencial da identidade cristã (Dantas, 2010).

Já entre os grupos evangélicos e protestantes, embora haja heterogeneidade doutrinária, muitas denominações, especialmente pentecostais e neopentecostais, também reforçam um ideal de família tradicional (Dias, 2017). Nesses contextos, a sexualidade é comumente vinculada ao casamento e à reprodução, e a contracepção pode ser tolerada desde que a relação sexual sem reprodução seja realizada dentro do casamento. O aborto é condenado, sendo considerado como atentado contra a vida, independente do período gestacional (Dantas, 2010).

Assim, o controle da natalidade é possível para alguns grupos, mas deve ocorrer sem violar o entendimento de que os filhos são bênçãos e que a procriação é parte do propósito de Deus para com seus filhos (Dantas, 2010).

Em sua tese, Von Rondon (2009, p.89-90) traz que a religião pode ser entendida “como o meio que liberta o homem”, “como verdade” e “como moralidade”. A religião, portanto, atua na formação da consciência moral, determinando o que é visto como responsabilidade social, dever conjugal ou transgressão ética. Essa moldagem se reflete em decisões objetivas: casamentos precoces, resistência ao uso de preservativos, preferência por famílias numerosas ou rejeição ao aborto legal, mesmo em contextos de risco à vida da gestante.

As diferenças entre catolicismo e protestantismo não são apenas teológicas, mas refletem diretamente nos comportamentos reprodutivos e nos discursos sobre sexualidade (Dantas, 2010). Em contextos como o brasileiro, a transição religiosa vem modificando profundamente a dinâmica demográfica do país, com queda da hegemonia católica e crescimento de igrejas evangélicas em todo o país (IBGE, 2022).

2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Os estudos aqui revisados buscam reunir e analisar a produção acadêmica relacionada ao comportamento reprodutivo e filiação religiosa, com base empírica em dados populacionais e censitários. Para fins de organização, a revisão foi estruturada em ordem cronológica, permitindo acompanhar a evolução do debate ao longo do tempo. A seguir, são apresentados estudos selecionados que abordam, sob diferentes perspectivas, a relação entre fecundidade, religião e transformações nos padrões reprodutivos, com o objetivo de situar o presente estudo no contexto da produção científica existente.

No cenário brasileiro, Berquó e Cavenaghi (2004) buscaram medir, identificar e caracterizar os grupos populacionais que já apresentavam fecundidade inferior ao nível de reposição, assim como aqueles que ainda mantêm altas taxas de fecundidade, utilizando como base os dados entre os anos de 1991 e 2000. Na ocasião, os dados mostraram que, ao controlar as variáveis de escolaridade e renda, cerca de 35% das mulheres no ano de 1991 já vivenciavam padrões de fecundidade inferiores ao nível de reposição. Esse percentual subiu para 42% no ano de 2000. Em contrapartida, 11% das mulheres ainda apresentavam fecundidade elevada (5 filhos ou mais) elevada em 1991, proporção que caiu para 6% no ano de 2000.

Já Wong e Bonifácio (2009) se propuseram a registrar a retomada do declínio das taxas de fecundidade, que, ao final do século XX, aparentavam ter se estabilizado, mantendo-se próximas ao nível de reposição populacional, conforme previsto por diversos analistas. Como resultado, identificaram que a América Latina atingiria níveis reduzidos em um ritmo mais acelerado do que inicialmente haviam previsto.

Dada a tendência de queda na fecundidade, Carneiro, Santos e Iozzi (2011) utilizaram os dados do SINASC para analisar a distribuição, por idade, do grupo de mulheres primíparas, ou seja, aquelas que vivenciaram a maternidade pela primeira vez. Para tal, utilizaram dados entre os anos de 1999 e 2009, objetivando buscar possíveis mudanças nos padrões dessa distribuição ao longo do período e identificaram alterações nas idades das mães primíparas. Observou-se uma redução na proporção de mulheres com menos de 24 anos que tiveram seu primeiro filho, passando de 47% para 41%, e, simultaneamente, um crescimento relativo nos nascimentos entre mulheres com mais de 30 anos, cuja participação subiu de 28% para 34%.

Alves, Barros e Cavenaghi (2012) examinaram as dinâmicas das filiações religiosas no Brasil entre os anos de 2000 e 2010, com ênfase nos quatro principais grupos religiosos: católicos, evangélicos, pessoas sem religião e demais crenças. Os dados indicaram transformações na dinâmica religiosa do Brasil, com a queda na proporção de católicos e o crescimento dos evangélicos e dos considerados sem religião. Alves *et al.* (2017) contribui, mostrando que os evangélicos estão em processo de expansão e os católicos em retração no Brasil.

Na sequência, Fidelis e Mosmann (2013) investigaram os motivos apontados por mulheres em relação à experiência de não exercer a maternidade, explorando as características desse percurso e os impactos decorrentes dessa escolha em suas trajetórias de vida. A partir desta investigação, descobriram que a principal razão relacionada à escolha de não ter filhos está ligada à trajetória profissional.

No ano seguinte, Carvalho e Verona (2014) analisaram as possíveis variações no comportamento reprodutivo entre mulheres de 15 a 49 anos no Brasil, de acordo com a religião e os achados indicaram que há variações nas taxas de fecundidade conforme religião, sendo essas diferenças observadas tanto em mulheres que se mantiveram numa religião quanto entre aquelas que trocaram de religião ao longo da vida reprodutiva.

Também em 2014, Moreira e Fusco (2014) analisaram a evolução das proporções de mulheres nulíparas na região Nordeste entre os anos de 1970 e 2010, utilizando os dados disponibilizados pelos censos demográficos realizados nesse intervalo. Os resultados indicaram uma tendência de crescimento na proporção de mulheres sem filhos no Nordeste, especialmente à medida que o avanço educacional contribui para o aumento constante de mulheres com níveis mais altos de escolaridade. Complementando esse achado, Miranda-Ribeiro, Garcia e Faria (2019) examinaram o padrão de nascimento do primeiro filho no Brasil e identificaram uma tendência de adiamento do primeiro filho, além de um crescimento na parcela de mulheres que encerram a fase reprodutiva sem filhos.

Por sua vez, Gonçalves *et al.* (2019) objetivou indicar a localização e o período em que deu início a transição da fecundidade. Para isso, ele aplicou a técnica proposta por Frias e Oliveira (1991), devido à indisponibilidade de microdados de censos anteriores ao de 1960, além dos dados deste mesmo ano estarem incompletos. Identificou-se que o processo de transição da fecundidade já estava em andamento em boa parte do território brasileiro desde o início dos anos 1930, com destaque para as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e do extremo sul do país.

Mogi, Esteve e Skirbekk (2022) buscaram entender como a filiação religiosa, especificamente a católica, se relaciona aos comportamentos da fecundidade na Espanha e ao comparar com as mulheres que se consideram sem religião, identificaram que as católicas apresentam uma probabilidade mais elevada de se tornarem mães, mesmo após o controle de fatores demográficos, de união e educacionais.

Mais recentemente, Stone (2023) realizou um estudo no Canadá cujo propósito era compreender em que medida e por quais meios a religião exerce influência sobre a fecundidade. Na ocasião, mulheres que participam de atividades religiosas ao menos uma vez por mês, expressaram o desejo de ter um número maior de filhos, além de permanecerem por mais tempo em uniões conjugais e possuir mais filhos do que as canadenses que não têm afiliação religiosa.

Por fim, o presente trabalho diferencia-se dos estudos anteriores por articular duas dimensões centrais: a análise da fecundidade a partir de indicadores clássicos da demografia e a associação direta com a filiação religiosa, utilizando como base comparativa os três últimos Censos Demográficos (2000, 2010 e 2022). Enquanto

grande parte da literatura brasileira sobre fecundidade mantém o foco nas desigualdades regionais, socioeconômicas e educacionais, esta pesquisa destaca a religião como variável estruturante das escolhas reprodutivas, um campo ainda pouco explorado em perspectiva longitudinal. Outro aspecto está na abordagem comparativa entre católicos, evangélicos e pessoas sem religião, grupos que, além de refletirem diferentes orientações morais sobre sexualidade e reprodução, também expressam a transição religiosa em curso no Brasil.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta o tipo de pesquisa, o processo de coleta de dados, o tratamento dos dados, as técnicas de análise empregadas e os softwares utilizados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto à abordagem, a pesquisa tem caráter quantitativo. Segundo Mattar (2001), essa característica se dá mediante o uso de dados numéricos estruturados, estatísticos e de volume representativo. Com isso, é possível quantificar fenômenos demográficos, permitindo a mensuração objetiva da fecundidade.

Quanto aos objetivos, é adotado o caráter descritivo. Sob a perspectiva de Gil (2019), o objetivo principal da pesquisa é mapear e caracterizar as diferenças, atual e histórica, existentes na fecundidade dos grupos religiosos, sem estabelecer relações de causalidade.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental de base secundária. De acordo com Vergara (2000), a pesquisa é desenvolvida a partir de dados previamente coletados e sistematizados por instituições oficiais, utilizando métodos estatísticos e demográficos para a organização, cálculo de indicadores e comparação dos resultados entre diferentes grupos populacionais.

Quanto ao objeto de estudo, trata-se de pesquisa censitária. Malhotra (2001) traz que os parâmetros populacionais correspondem às características numéricas de uma população e podem ser obtidos por meio de um censo ou de uma amostra. O caráter longitudinal justifica-se pelo estudo acompanhar as variações nas taxas de fecundidade entre anos de 2000, 2010 e 2022. De acordo com Cooper e Schindler (2016), a vantagem de estudos longitudinais se dá pelo fato de poder acompanhar as mudanças ao longo do tempo.

3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E COLETA DOS DADOS

Os dados utilizados neste estudo provêm dos censos demográficos dos anos 2000, 2010 e 2022, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e disponibilizados no endereço eletrônico do SIDRA (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/>). Os dados coletados referem-se à população de mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos de idade.

O Censo é a principal fonte de informações populacionais do país, oferecendo abrangência nacional, periodicidade decenal e grande confiabilidade metodológica (Campos; Estanislau, 2016). Tais dados incluem variáveis-chave como filiação religiosa, número de nascidos vivos, idade das mulheres, escolaridade, cor/raça e unidade federativa.

Complementarmente, foram utilizados os dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), disponibilizados no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinasc/cnv/nvbr.def>), que dispõe da informação sobre nascimentos em todo o território nacional. É através do SINASC que serão exportados os dados sobre nascidos vivos nos períodos desejados, quando não encontrados nas tabelas dos censos.

Para atender ao objetivo da pesquisa, serão utilizadas as variáveis presentes no Quadro 1.

Quadro 1 - Informações sobre as variáveis do censo

Variável	Descrição	Tipo
Número de filhos tidos	Total de filhos tidos por mulheres entre 15 e 49 anos, por grupo etário.	Discreta
Idade da mãe	Idade da mãe ao ter filho	Contínua
Religião	Religião declarada pelas mulheres, sendo católicas, evangélicas e sem religião.	Qualitativa nominal
Nuliparidade	Proporção em percentual, de mulheres sem filhos no grupo de 45-49 anos.	Contínua

Fonte: Elaboração própria (2025).

A escolha dos três grupos religiosos decorre de sua representatividade, onde 92,9% da população está distribuída entre católicos, evangélicos e sem religião. Outro ponto é sua presença no cenário demográfico: O catolicismo como religião

historicamente predominante, os evangélicos como grupo de rápida expansão e os sem religião como segmento em crescimento no país.

Em complemento, serão utilizadas as variáveis presentes no Quadro 2:

Quadro 2 - Informações sobre as variáveis do SINASC

Variável	Descrição	Tipo
Número de nascidos vivos	Total de nascidos vivos por mulheres entre 15 e 49 anos, por grupo etário.	Discreta
Idade da mãe	Idade da mãe ao ter filho	Contínua

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tais dados são importantes, visto que o censo de 2000 não disponibiliza tabelas com o cruzamento da variável religião e fecundidade, separada por grupo etário.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS E ANÁLISES

Os dados coletados foram tabulados, de forma a estruturar as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade. Esse processo envolveu a seleção de variáveis como o número de filhos tidos, idade da mãe e filiação religiosa, o que permitiu padronizar a base e facilitar a comparação entre os anos censitários de 2000, 2010 e 2022.

Após a etapa de organização, foram considerados os seguintes indicadores:

1. Composição religiosa

O objetivo foi mapear a evolução da composição religiosa considerando a população total (homens e mulheres de todas as idades) e a população de mulheres entre as idades 15 e 45 anos, servindo de base para as análises subsequentes de fecundidade. O tratamento seguiu os seguintes passos:

Para os dados dos censos de 2000 e 2010, foi utilizada a tabela 2103 do SIDRA. Para os dados do censo 2022, foi utilizada a tabela 9537 do SIDRA. Dada a variedade de denominações, foi realizado um agrupamento em três categorias menos fragmentadas:

- **Católicas:** Inclui mulheres que se autodeclararam católicas apostólicas romanas, católicas apostólicas brasileiras e católicas ortodoxas.
- **Evangélicas:** Agrupa denominações de missão, pentecostal e evangélicas não determinadas.
- **Sem religião:** Agrupa aquelas que se declararam agnósticas, ateias ou sem filiação religiosa específica.

Primeiramente foi analisada a transição da composição religiosa da população brasileira, para isso foram coletados dados da população total por grupo religioso (Católico, Evangélico e Sem religião), independente do sexo e idade.

Depois foi analisada a distribuição percentual da população feminina que está na faixa do período reprodutivo. Para isso, utilizou-se do cálculo de proporção, definido pela equação 1.

$$P_{r,t} = \left(\frac{N_{r,t}}{N_t} \right) \times 100 \quad (1)$$

Onde:

- $P_{r,t}$ = Proporção de mulheres do grupo religioso r no ano t (em %)
- $N_{r,t}$ = Número de mulheres do grupo religioso r no ano t .
- N_t = Total de mulheres no ano t .

Por fim, foi analisada a variação percentual dos três períodos censitários, assim como a variação acumulada do período.

2. Fecundidade Completa da Coorte

Esta análise teve como objetivo mensurar a intensidade final da fecundidade, observando a média de filhos tidos ao final da fase reprodutiva feminina e o tamanho final das famílias, para isso se restringiu às mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos.

Para os censos de 2010 e 2022 foi utilizada especificamente a tabela 100085, incluindo o cruzamento de dados das tabelas 2103 e 9537. Para os dados censitários de 2000, dada a indisponibilidade de tabelas agregadas com o nível de

detalhamento necessário para o cruzamento de religião e paridade de forma simultânea, realizou-se o processamento dos Microdados do Censo 2000. Os dados foram tratados em ambiente R, utilizando pacotes estatísticos para filtrar a população feminina por religião e extrair a variável de filhos tidos.

A metodologia utilizada na primeira análise foi a média de filhos tidos, calculada pela razão entre a soma total das mães da faixa etária 40-49 anos, por número de filhos tidos, dividido pelo total de mulheres da faixa etária 40-49 anos. O cálculo é representado em (2).

$$CCF_{r,t} = \left(\frac{\sum_k k \cdot N_{r,t}^m}{N_{r,t}} \right) \quad (2)$$

Onde:

- $CCF_{r,t}$ = Média de filhos tidos por mães de 40–49 anos no grupo religioso r , no ano t ;
- k = Número de filhos (variando de 1 até 7);
- $N_{r,t}^m$ = Número de mães de 40–49 anos no grupo religioso r , no ano t ;
- $N_{r,t}$ = Total de mulheres de 40–49 anos no grupo religioso r , no ano t .

Em casos em que as tabelas apresentavam categorias abertas (ex: 13 filhos ou mais), utilizou-se o valor nominal do limite inferior para o cálculo da média, garantindo uma estimativa conservadora da fecundidade acumulada.

Para a análise das famílias numerosas, foi utilizada a metodologia semelhante, porém considerando apenas as categorias 4, 5 e 6 filhos ou mais. O cálculo é representado pela equação (3).

$$F_{r,t}^{4+} = \left(\frac{\sum_{k=4}^7 k \cdot N_{r,t}^m}{N_{r,t}} \right) \times 100 \quad (3)$$

Onde:

- $F_{r,t}^{4+}$ = Representa a proporção de famílias numerosas (4 filhos ou mais), por grupo religioso (em %);
- k = Número de filhos (variando de 4 até 7);

- $N_{r,t}^m$ = Número de mães de 40–49 anos no grupo religioso r , no ano t ;
- $N_{r,t}$ = Total de mulheres de 40–49 anos no grupo religioso r , no ano t .

3. Concentração de Fecundidade e Adiamento Materno

Na análise da concentração de fecundidade, cuja finalidade foi identificar o pico reprodutivo ao longo do período reprodutivo da mulher, foi cruzada a variável “nascidos vivos por faixa etária da mãe, nos anos 2000, 2010 e 2022” extraída do SINASC, com dados do “total de mulheres por faixa etária, nos anos 2000, 2010 e 2022”, extraídos da tabela 200 (censos 2000 e 2010) e da tabela 9514 (2022).

A proporção percentual de nascimentos de cada faixa etária foi identificada a partir da relação do total de mulheres sobre o número de nascidos vivos, feitos para cada período censitário. A partir dos dados, foi criada uma tabela para facilitar a visualização de quedas, deslocamentos e os picos de fecundidade.

Na análise do adiamento materno, os dados trabalhados foram de mulheres sem filhos das faixas etárias 20-24 e 25-29, por grupo religioso. A proporção percentual de mulheres sem filhos para cada faixa etária foi identificada a partir da relação do total de mulheres sem filhos sobre o total de mulheres, para cada grupo religioso e para cada período censitário.

Esses cálculos possibilitaram a construção de tabelas e gráficos comparativos, que foram utilizados para ilustrar as diferenças e tendências da fecundidade entre as religiões estudadas. Esta análise gráfica auxiliou na visualização de padrões e contrastes entre os grupos ao longo do tempo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos nas análises descritas na metodologia. É importante salientar que os resultados a seguir possuem caráter estritamente descritivo, não havendo a pretensão de inferir causalidade entre a filiação religiosa e os níveis de fecundidade.

Estruturalmente, a primeira análise corresponde a transição da composição religiosa; a segunda análise contempla a Fecundidade Completa da Coorte; e a terceira análise aborda sobre o fenômeno do adiamento materno, por meio da proporção de mulheres sem filhos.

4.1 TRANSIÇÃO DA COMPOSIÇÃO RELIGIOSA

Objetiva-se compreender a dinâmica reprodutiva sob a ótica da religião, para isso, é necessário observar as mudanças na estrutura da composição religiosa ao longo das últimas duas décadas.

A Tabela 1 apresenta a distribuição da população feminina em idade reprodutiva (15 a 49 anos) no Brasil, segundo os grupos religiosos considerados neste estudo.

Tabela 1 - População feminina em idade reprodutiva por grupo religioso, Brasil, 2000, 2010 e 2022

Ano	Total	Católica	Evangélica	Sem Religião
2000	46.962.825	34.205.135 (72,83%)	8.013.519 (17,06%)	2.720.243 (5,79%)
2010	53.664.505	33.649.147 (62,70%)	13.078.144 (24,37%)	3.810.458 (7,10%)
2022	54.185.276	28.440.269 (52,49%)	16.177.955 (29,86%)	5.321.790 (9,82%)

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

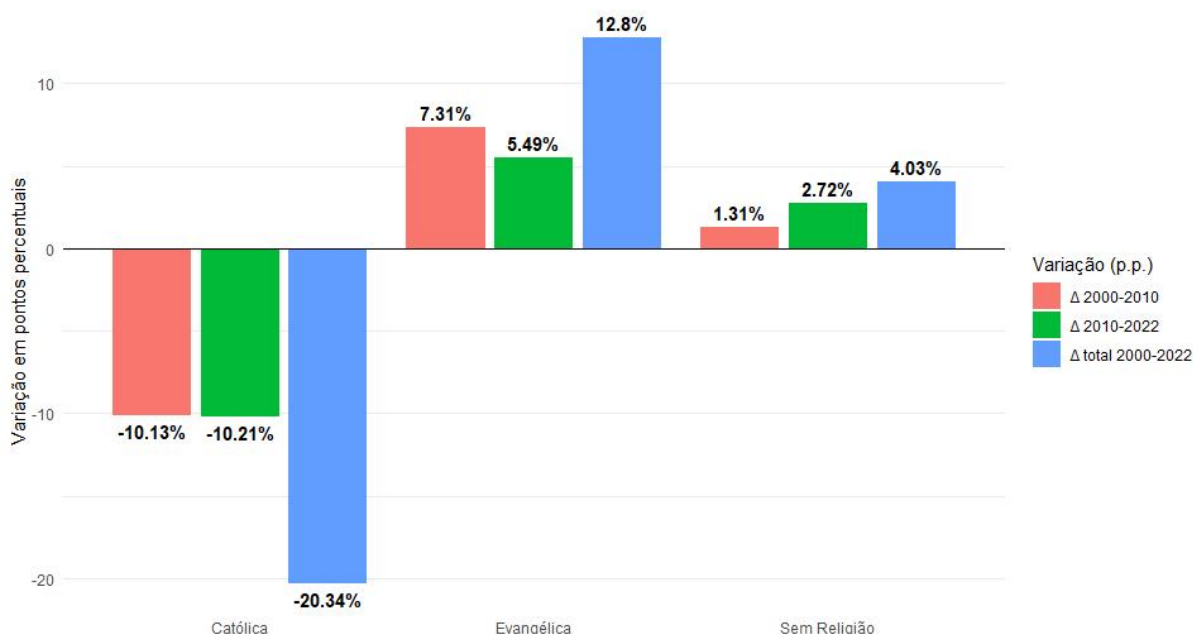
A partir da Tabela 1, observa-se um crescimento gradual do total de mulheres ao longo dos três períodos censitários, passando de 46,9 milhões em 2000 para 54,1 milhões em 2022, o que representa um aumento de aproximadamente 15% em duas décadas.

Contudo, ao analisar o recorte por religião, percebe-se que esse crescimento populacional não se refletiu de forma homogênea entre os grupos. O número de mulheres católicas apresentou queda expressiva, passando de 34,2 milhões em 2000 para 28,4 milhões em 2022, correspondendo a uma redução de aproximadamente 5,8 milhões de mulheres. Em contrapartida, o contingente de mulheres evangélicas dobrou no mesmo período, saltando de 8 milhões para 16,1 milhões, evidenciando o processo de expansão do grupo evangélico no país.

Já o grupo sem religião também registrou crescimento, passando de 2,7 milhões para 5,3 milhões de mulheres. Há projeções indicando que o grupo continuará crescendo significativamente, alcançando aproximadamente 13% da população no ano de 2050 (Vieira, 2024). Essa mudança reflete o avanço da secularização com novas formas de crer sem se apegar a uma instituição, atingindo majoritariamente uma juventude vulnerável que não se vê representada pelas estruturas tradicionais religiosas (Camurça, 2017).

Há de se observar a distribuição da composição religiosa em pontos percentuais e as mudanças ao longo das duas décadas que separam os censos de 2000 e 2022. Primeiro, a redução na proporção de mulheres católicas entre 2000 e 2022, passando de 72,8% para 52,5%. Em paralelo, as evangélicas apresentaram crescimento constante, alcançando quase 30% do total, enquanto o grupo sem religião, embora ainda minoritário, mais que dobrou sua representatividade no período. Essa redistribuição reforça o cenário de pluralização religiosa no país, identificado também em outros estudos demográficos (Alves; Cavenaghi, 2013).

A partir das distribuições percentuais, foi possível identificar a variação entre os três períodos censitários analisados, bem como a variação acumulada do período total. Na sequência, a Figura 2 ilustra o ritmo de declínio e expansão dos grupos religiosos mais representativos do Brasil.

Figura 2 - Variação percentual da população feminina em idade reprodutiva, 2000-2022

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

O grupo católico perdeu cerca de 1 ponto percentual ao ano de forma constante nas últimas duas décadas. Em 2000, o grupo representava quase 3/4 das mulheres do país; em 2022, o grupo católico passa a representar cerca de 50%, deixando de ser uma maioria absoluta. Em relação ao grupo evangélico, embora tenha crescido 12,80% no período total, nota-se uma leve desaceleração no ritmo de crescimento por década. Entre 2000 e 2010, o aumento foi de 7,31%, enquanto entre 2010 e 2022 a variação foi de 5,49%. Já o grupo “sem religião” apresentou uma aceleração no crescimento dado que a variação na última década (2,72%) foi mais que o dobro da observada na década anterior (1,31%). Por ser um grupo cuja composição majoritariamente é de jovens, tem impacto direto na fecundidade futura (Camurça, 2017).

4.2 FECUNDIDADE COMPLETA DA COORTE

A fecundidade completa da coorte representa o número total de filhos tidos por mulheres ao final de seu período reprodutivo, sendo, portanto, um indicador que mostra o resultado das decisões reprodutivas daquela geração. Para esta análise, foi considerado o grupo etário de 40 a 49 anos, por corresponder a faixa final da vida fértil feminina.

Na tabela 2, foi possível identificar o tamanho final da família para cada grupo religioso estudado no censo de 2000, assim como o grupo que possui a família com o maior número de filhos tidos. Os percentuais apresentados na tabela referem-se à distribuição das mães segundo o número de filhos tidos, ou seja, estão calculados em relação ao total de mulheres que já tiveram filhos (excluindo as nulíparas).

Tabela 2 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2000

Religião	Total Mulheres	Total Mães	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 filhos ou mais
	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49
Católica	7.270.174	6.545.088 (85%)	807.039 (11%)	1.850.765 (25%)	1.600.757 (22%)	808.510 (11%)	471.469 (6%)	682.784 (9%)
Evangélica	1.768.392	1.412.631 (76%)	135.014 (8%)	349.716 (20%)	363.531 (21%)	208.012 (12%)	124.145 (7%)	167.090 (9%)
Sem religião	374.528	325.502 (82%)	45.895 (12%)	83.589 (22%)	72.180 (19%)	41.680 (11%)	26.304 (7%)	38.406 (10%)

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

No contexto comparativo entre o número de mães por filho tido e o total de mulheres na faixa 40-49 anos, os dados mostram um padrão de fecundidade relativamente elevado, especialmente entre os grupos católico e evangélico. Entre as mães que haviam completado sua trajetória reprodutiva, o grupo evangélico se destacava com aproximadamente 35% das mulheres com quatro filhos ou mais. Já entre as católicas, embora representassem o maior contingente absoluto (mais de 6,5 milhões de mães), observava-se uma menor proporção relativa de famílias numerosas, em torno de 30%.

Um dos aspectos mais expressivos desse período é a elevada participação de mães com seis filhos ou mais, com quase 700 mil casos apenas entre as católicas e atingindo 11,83% entre as evangélicas, indicando que a limitação da fecundidade ainda não estava amplamente difundida no início dos anos 2000.

O grupo de mulheres sem religião apresentava um perfil intermediário, com cerca de 33% das mães tendo quatro filhos ou mais. Esse resultado sugere que, apesar das diferenças entre os grupos, o comportamento reprodutivo ainda se

inseriria em um regime de fecundidade relativamente elevado, no qual a transição para famílias menores ainda não estava plenamente consolidada no país.

No censo seguinte, é possível observar o avanço da transição demográfica, com o modelo de dois filhos sendo predominante em todos os grupos religiosos (Tabela 3).

Tabela 3 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2010.

Religião	Total Mulheres	Total Mães	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 filhos ou mais
	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49
Católica	8.188.593	7.114.119 (87%)	1.334.501 (16%)	2.637.329 (32%)	1.633.704 (20%)	685.741 (8%)	338.367 (4%)	484.477 (6%)
Evangélica	3.130.858	2.806.484 (90%)	428.451 (14%)	990.051 (32%)	728.620 (23%)	322.427 (10%)	151.958 (5%)	184.976 (6%)
Sem religião	628.867	531.623 (85%)	100.501 (16%)	171.827 (27%)	121.461 (19%)	61.048 (10%)	32.202 (5%)	44.586 (7%)

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

O grupo das mulheres católicas, que somava mais de 7,1 milhões de mães, concentrava o maior contingente nessa categoria, com destaque para a categoria de dois filhos, que somavam aproximadamente 2,6 milhões de mulheres.

Contudo, a redução das famílias mais numerosas ocorreu de maneira desigual entre os grupos. Enquanto entre as católicas cerca de 21,21% das mães possuíam quatro filhos ou mais, esse percentual era mais elevado entre as evangélicas (23,49%) e atingia seu valor máximo entre as mulheres sem religião, com 25,93%, observando uma queda de quase 10 pontos percentuais em todos os grupos.

A manutenção de famílias mais numerosas entre as evangélicas e as mulheres sem religião, em comparação às católicas, sugere que os modelos reprodutivos tradicionais ainda exerciam influência significativa sobre o padrão familiar desses grupos em 2010.

Embora se observe uma redução na proporção de famílias numerosas em relação à década anterior, principalmente na categoria de seis filhos ou mais, onde o

grupo católico ainda contabilizava cerca de 484.477 mulheres, a transição para famílias de menor tamanho encontrava-se em curso, mas ainda não era consolidada.

Esse declínio gradual antecipa as transformações mais intensas observadas no período subsequente (Tabela 4).

Tabela 4 - Número de mulheres de 40 a 49 anos, segundo número de filhos nascidos vivos e filiação religiosa, Brasil, 2022.

Religião	Total Mulheres	Total Mães	1 filho	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 filhos ou mais
	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49	40-49
Católica	8.411.430	6.905.302 (82%)	1.986.753 (24%)	2.755.481 (33%)	1.281.932 (15%)	476.968 (6%)	203.626 (2%)	200.543 (2%)
Evangélica	4.604.798	3.961.153 (86%)	904.287 (20%)	1.528.853 (33%)	882.466 (19%)	355.578 (8%)	149.765 (3%)	140.205 (3%)
Sem religião	1.052.835	828.290 (79%)	232.528 (22%)	290.735 (28%)	164.594 (16%)	73.687 (7%)	34.330 (3%)	32.416 (3%)

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

No Censo de 2022, os dados apresentados evidenciam a consolidação de um regime de baixa fecundidade no Brasil, no qual o modelo de dois filhos se firma como padrão dominante entre as mulheres de 40 a 49 anos.

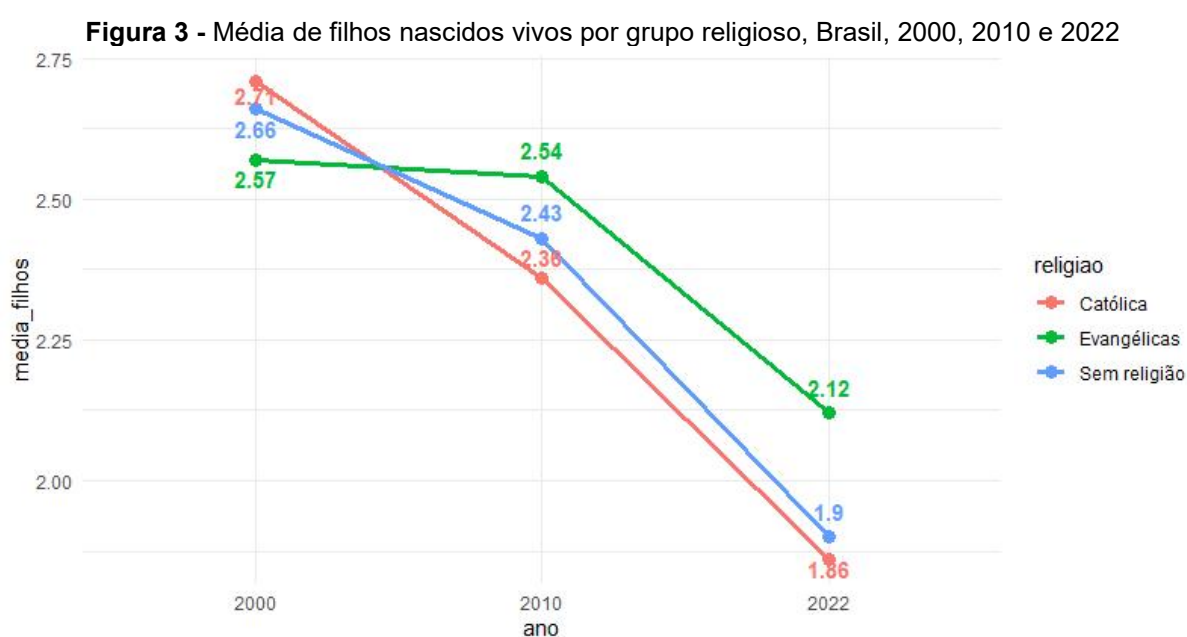
Entre as católicas, observa-se uma aproximação entre o contingente de mães com um filho (1.986.753) e aquelas com dois filhos (2.755.481), indicando que esse grupo é o que mais rápido se ajusta a padrões de baixa fecundidade. Essa convergência é reforçada pela redução das famílias numerosas, que passaram a representar apenas 12,76% do total, sendo o menor percentual entre os segmentos analisados, sinalizando uma grande transformação no comportamento reprodutivo católico, cada vez mais distante de referências tradicionais de alta fecundidade.

Embora também tenham acompanhado a tendência nacional de queda, as mulheres evangélicas (16,30%) e aquelas sem religião (16,95%) seguem mantendo uma maior propensão de ter quatro filhos ou mais, se comparadas às católicas.

Ao encerrar a série histórica analisada ao longo de duas décadas, os resultados da Tabela 4 resumem o desfecho da transição demográfica brasileira:

uma convergência generalizada em direção a famílias menores, atrelada a diferenças religiosas.

A compreensão da intensidade da baixa fecundidade também passa pela análise da média de filhos tidos ao final do ciclo reprodutivo. Este indicador consolida as trajetórias reprodutivas individuais em um valor médio por grupo, permitindo observar não apenas o declínio da população brasileira, mas as divergências de ritmo entre as diferentes filiações religiosas ao longo de duas décadas. A Figura 3 sintetiza essa evolução.



Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

A evolução das médias entre 2000 e 2022 revela um processo de convergência para a baixa fecundidade, mas também uma inversão no ranking das religiões. No censo de 2000, as mulheres católicas registravam a maior média de filhos (2,71), valor que sofreu uma queda de 31,4%, atingindo 1,86 em 2022, estando abaixo do nível de reposição populacional. Este declínio confirma que o grupo católico é o que mais rapidamente se associou aos padrões de planejamento familiar reduzido, um comportamento que já vinha sendo captado em estudos anteriores que apontavam as católicas como o grupo de menor parturição e fecundidade mais reduzida (Carvalho; Verona, 2014; Carvalho *et al.*, 2012).

Em contrapartida, o segmento evangélico demonstra mais resistência a um forte declínio, tornando-se, em 2022, o grupo com a maior fecundidade média (2,12 filhos). Observa-se que, enquanto as católicas e mulheres sem religião já cruzaram

a linha de declínio para baixo do nível de reposição, as evangélicas permanecem no limite da estabilidade demográfica. Esses resultados estão alinhados com a literatura, que aponta que a população protestante apresentou um atraso temporal em seu processo de transição da fecundidade em relação aos demais grupos, mantendo taxas de fecundidade específicas mais elevadas (Alves, 2012; Carvalho; Verona, 2014).

Esse dado, cruzado com a maior proporção de famílias numerosas (16,30%) vista na Tabela 4, sugere que o grupo evangélico atua como um fator que retarda a velocidade da transição demográfica, mantendo um ideal de fecundidade ligeiramente superior à média nacional.

Complementando à análise das médias, a Figura 4 ilustra a proporção de mulheres que completaram seu período reprodutivo com quatro filhos ou mais, segmentadas por grupo religioso.

Figura 4 - Proporção de mulheres com quatro ou mais filhos nascidos vivos segundo grupo religioso, Brasil, 2000, 2010 e 2022



Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

A Figura 4 ilustra o fim do regime de alta fecundidade no Brasil, mostrando que a formação de famílias extensas deixou de ser um padrão social para se tornar uma exceção demográfica.

Os primeiros dados indicam que o modelo de família numerosa era significativo, atingindo 37,05% das mães evangélicas e 34,54% das mulheres sem religião, resultados que sofreram recuo em pouco mais de duas décadas, atingindo 16,30% e 16,95%, respectivamente, no último Censo. Essa queda em todos os

grupos confirma que a transição para famílias menores é um movimento estrutural e transversal, atravessando normas e valores religiosos.

O censo de 2022 também revela que o grupo católico é o que apresenta maior distanciamento do modelo tradicional, registrando o menor índice de famílias numerosas, com 12,76%. Enquanto os grupos de evangélicas e sem religião apresentam certa resistência, mantendo índices próximos a 16%.

Essas diferenças sugerem que, embora a tendência de queda seja geral, o grupo católico encontra-se em um estágio mais avançado dessa transição, consolidando a menor proporção de famílias numerosas ao final do período.

4.3 A CONCENTRAÇÃO E O ADIAMENTO DA MATERNIDADE

Aprofundando a análise da transição demográfica no Brasil, cabe entender, além da intensidade reprodutiva, o momento em que ocorrem os nascimentos.

O adiamento materno é reflexo das mudanças estruturais nas trajetórias de vida feminina, como o prolongamento da escolarização e a busca por estabilidade profissional, resultando em um "envelhecimento" da fecundidade brasileira. A Tabela 5 apresenta a evolução da concentração da maternidade por faixa etária das mulheres no Brasil entre 2000 e 2022, evidenciando o deslocamento das faixas etárias de maior concentração de nascimentos para idades mais tardias.

Tabela 5 - Evolução da concentração da maternidade por faixa etária das mulheres, Brasil, 2000 a 2022

Faixa Etária	Censo 2000 (%)	Censo 2010 (%)	Censo 2022 (%)	Tendência
15 - 19 anos	8,09%	6,24%	4,27%	Queda acentuada
20 - 24 anos	12,34% (Pico)	9,19% (Pico)	8,03%	Deslocamento
25 - 29 anos	10,24%	8,31%	8,19% (Pico)	Novo ápice
30 - 34 anos	6,65%	6,22%	6,75%	Estabilidade/Alta
35 - 39 anos	3,41%	3,30%	4,12%	Leve crescimento
40 - 44 anos	1,02%	0,90%	1,21%	Aumento tardio
45 - 49 anos	0,10%	0,07%	0,08%	Estabilidade/Baixa

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

Observa-se um processo de transição do pico reprodutivo para idades mais maduras, fenômeno que consolida o que vem sendo classificado como o "envelhecimento da curva de fecundidade (IBGE, 2025). No Censo de 2000, a maior

concentração de nascimentos ocorria na faixa dos 20 a 24 anos (12,34%), padrão que se manteve como ápice em 2010 (9,19%), embora já demonstrasse sinais de retração.

Contudo, os dados de 2022 confirmam o deslocamento de forma definitiva para a faixa de 25 a 29 anos, que agora detém o maior percentual de nascimentos (8,19%). Este movimento é acompanhado por uma queda na maternidade entre adolescentes de 15 a 19 anos, que recuou de 8,09% em 2000 para apenas 4,27% em 2022.

Este deslocamento do ápice reprodutivo é o sintoma de um comportamento de postergação que muda a estrutura das famílias brasileiras. Ao concentrar o início da vida reprodutiva no final da terceira década de vida, a "janela de oportunidade" para o nascimento de mais de um filho é reduzida, o que explica a queda das famílias numerosas e das médias de fecundidade acumulada.

Em complemento aos dados anteriores, que traduz a decisão das mulheres em postergar o momento de ter o primeiro filho, foi analisado o crescimento da proporção de mulheres que chegam ao final da juventude sem terem iniciado sua vida reprodutiva. A Figura 5 apresenta a evolução da paridade zero sob o recorte da filiação religiosa, investigando se a permanência na condição de não maternidade entre os 20 e 29 anos representa um comportamento generalizado ou se é moldado conforme os valores e especificidades de cada grupo.

Figura 5 - Proporção de mulheres sem filhos nascidos vivos de 20 a 29 anos, Brasil, 2000, 2010 e 2022.



Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

Na faixa etária de 20 a 24 anos, observa-se que a nuliparidade atingiu mais 64% das mulheres em todos os grupos analisados sem filhos, chegando a quase 70% entre as católicas. Esse cenário indica um salto quando comparado ao censo de 2000, momento em que o percentual de mulheres sem filhos nesta faixa variava entre 43,21% (Sem Religião) e 53,38% (Católica). Com isso, é identificado que a maternidade na juventude se tornou uma exceção no cenário demográfico contemporâneo.

Ao avançar para a faixa de 25 a 29 anos, o diferencial religioso segue como o elemento de distinção nas escolhas reprodutivas. Enquanto católicas (49,28%) e mulheres sem religião (49,15%) apresentam quase metade do seu total sem filhos em 2022, as evangélicas mantêm um índice de nuliparidade menor, de 40,12%.

Embora todos os grupos religiosos tenham apresentado um avanço no adiamento da maternidade desde o censo de 2000, período em que os percentuais de mulheres sem filhos nessa faixa etária variavam entre 23,16% e 31,23%, o grupo de evangélicas continua se destacando como aquele que menos prolonga a entrada na vida reprodutiva.

Esse grupo apresenta uma transição mais rápida da condição de nuliparidade para a maternidade antes dos 30 anos, o que contribui para explicar por que, mesmo diante da queda generalizada da fecundidade no país, as mulheres evangélicas

ainda mantêm as maiores médias de fecundidade acumulada e a mais elevada proporção de famílias numerosas entre os grupos analisados.

A convergência para baixos níveis de fecundidade é, portanto, um processo heterogêneo. A resistência observada em grupos específicos e o avanço da nuliparidade em outros indicam que a velocidade da transição demográfica brasileira entre 2000 e 2022 pode ter sido influenciada pela composição religiosa, validando a hipótese de que comportamentos reprodutivos distintos coexistem sob uma mesma tendência nacional de declínio.

4.4 O CRUZAMENTO COM A TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

Por fim, cabe integrar os indicadores de período, coorte e momento de nascimentos explorados ao longo deste estudo. A Taxa de Fecundidade Total (TFT) de 2022 não deve ser interpretada de forma isolada, mas como a junção de comportamentos reprodutivos distintos observados entre católicas, evangélicas e mulheres sem religião. A correlação apresentada na Tabela 6 não busca estabelecer uma relação de causalidade direta, mas sim evidenciar as convergências comportamentais que explicam por que o ritmo da transição demográfica brasileira é heterogêneo entre católicas, evangélicas e mulheres sem religião.

Tabela 6 - Comparação CCF x TFT, por grupo religioso, Brasil, 2022

Grupo	CCF (Estoque Final)	TFT (Ritmo Atual)
Evangélica	2,12	1,74
Católica	1,86	1,49
Sem Religião	1,9	1,47

Fonte: Adaptado das séries históricas do IBGE (2026).

O grupo evangélico apresenta maior consistência entre a intensidade da fecundidade e o momento em que ocorrem os nascimentos: registra a maior TFT (1,74), associada a uma menor proporção de paridade zero e a uma maior incidência de famílias com quatro filhos ou mais (23,5%) ao final do ciclo reprodutivo.

Em contraste, as católicas demonstram uma adaptação ao regime de baixa fecundidade. Além de apresentarem a menor fecundidade final (1,86), registram também a menor proporção de famílias numerosas (12,8%) e é o grupo mais

propício ao adiamento da maternidade, fatores que contribuem para que sua TFT tenha alcançado 1,49.

Um padrão particular é observado entre as mulheres sem religião. Embora apresentem a menor TFT (1,47), influenciada por um adiamento mais acentuado da maternidade, evidenciado pela nuliparidade de aproximadamente 50% entre 25 e 29 anos, esse grupo mantém uma fecundidade final superior à das católicas (1,90) e a maior incidência relativa de famílias com quatro filhos ou mais (25,9%). Esse resultado sugere que, para esse grupo, a baixa fecundidade observada no período está diretamente associada ao adiamento dos nascimentos; entretanto, entre aquelas que efetivamente se tornam mães, observa-se uma maior propensão a um número mais elevado de filhos.

Dessa forma, os resultados indicam que a dinâmica da transição da fecundidade não ocorre de maneira uniforme entre os grupos religiosos. Entre as católicas, ela se manifesta principalmente pela redução do tamanho final da família; entre as mulheres sem religião, pelo adiamento da maternidade; e entre as evangélicas, por uma menor intensidade desses dois processos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como os padrões de fecundidade diferem entre mulheres católicas, evangélicas e sem religião no Brasil ao longo dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, a partir de uma abordagem quantitativa, descritiva e longitudinal com base em dados censitários.

Os resultados indicam que, embora o país apresente uma trajetória consistente de queda da fecundidade (1,55 filho por mulher em 2022), esse processo ocorre de forma heterogênea entre os grupos religiosos. As evangélicas mantêm níveis mais elevados de fecundidade (TFT de 1,74) e maior presença de famílias numerosas, indicando uma transição mais lenta. Em contraste, as católicas apresentam menor incidência de famílias extensas, evidenciando maior aderência ao modelo de baixa fecundidade. Esses achados convergem com Carvalho e Verona (2014) e Alves (2022), ao indicarem ritmos distintos de transição associados à filiação religiosa.

O adiamento da maternidade, evidenciado pelo deslocamento do pico de fecundidade para 25–29 anos, confirma mudanças nos padrões reprodutivos, conforme apontado por Bonifácio e Guimarães (2021) e Berquó e Cavenaghi (2014). A nuliparidade elevada entre jovens reforça esse movimento como um fenômeno transversal, embora as evangélicas apresentem entrada mais precoce na maternidade em comparação aos demais grupos.

A análise conjunta da TFT e da fecundidade completa (CCF) evidencia o papel do efeito tempo. Entre as mulheres sem religião, a baixa fecundidade corrente contrasta com níveis finais mais elevados, indicando maior presença do adiamento. Já entre as evangélicas, a menor distância entre os indicadores sugere maior antecipação dos nascimentos e menor intensidade desse efeito.

O estudo permitiu concluir que a transição da fecundidade no Brasil não se configura como um processo homogêneo ou linear, mas com diferenciações associadas à filiação religiosa. Tal heterogeneidade implica que o envelhecimento populacional tende a ocorrer em ritmos distintos entre os grupos, o que representa desafios para políticas públicas e sistemas de seguridade social, conforme discutido por Coutinho e Miranda-Ribeiro (2014).

Como limitação, destaca-se a indisponibilidade dos microdados completos do Censo 2022, o que impediu a incorporação de variáveis socioeconômicas em

modelos multivariados, podendo haver influência de efeitos de composição nos resultados.

Para investigações futuras, recomenda-se a realização de análises de decomposição e modelagens multivariadas assim que a base integral do Censo 2022 estiver disponível, permitindo investigar o peso relativo da filiação religiosa em comparação às transformações educacionais e econômicas observadas nas últimas duas décadas. Adicionalmente, estudos de natureza qualitativa voltados ao desejo reprodutivo, especialmente entre mulheres evangélicas e sem religião podem contribuir na compreensão dos diferenciais aqui identificados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. et al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 215–242, 8 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.112180>. Acesso em 24 Ago. 2025
- ALVES, J. E. D. Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil. 1994. 152f. Tese (Doutorado) – **Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MCCR-7UWH66/1/jos__eustaquio_diniz_alves_tese_demografia_1994.pdf. Acesso em 24 Ago. 2025
- ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W.; CAVENAGHI, S. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. **Revista de Estudos da Religião – REVER. ISSN 1677-1222**, v. 12, n. 2, p. 145, 31 dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/14570>. Acesso em 24 ago. 2025
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. TRANSIÇÕES URBANAS E DA FECUNDIDADE E MUDANÇAS DOS ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/19/22> Acesso em 24 ago. 2025
- ALVES, J. E. D; CAVENAGHI, S. M. La transición religiosa y el crecimiento del conservadurismo moral en Brasil. In: Careaga Pérez, G.. (Org.). **Sexualidad, Religión y Democracia en América Latina**. 1ed. México: Fundación Arcoíris por el Respeto a la Diversidad Sexual, A.C., 2019, v. 1, p. 169-210. Disponível em: <http://www.fundacionarcoiris.org.mx/wp-content/uploads/2019/06/Sexualidad-Religio%CC%81n-y-Democracia.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; GALIZA, Francisco. Demografia e Economia nos 200 Anos da Independência do Brasil e Cenários para o Século XXI. Rio de Janeiro: **Editora da Escola de Negócios e Seguros (ENS)**, 2022. ISBN 9786588030172. Disponível em: https://prdapi.ens.edu.br/media/downloads/Livro_Demografia_e_Economia_digital_2.pdf. Acesso em 23 nov. 2025
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/berquoecavenaghiabep2004_471.pdf
- BERQUÓ, Elza.; CAVENAGHI, Suzana. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 471–482, 1 dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200012>

BONIFÁCIO, Gabriela Marise de Oliveira.; GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles. Projeções Populacionais Por Idade e Sexo Para o Brasil Até 2100. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1–63, 19 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2698>

BRADSHAW, C. J. A.; MCMAHON, C. R. Fecundity. In: SVEN ERIK JØRGENSEN; FATH, B. D. (Eds.). **Encyclopedia of Ecology**. [s.l.] Academic Press, 2008. p. 1535–1543. <https://doi.org/10.1016/B978-008045405-4.00645-5>

CAMURÇA, M. Os “Sem Religião” no Brasil: Juventude, Periferia, Indiferentismo Religioso e Trânsito entre Religiões Institucionalizadas. **Estudos de Religião**, v. 31, p. 55, 20 dez. 2017. DOI:10.15603/2176-1078/er.v31n3p55-70

CARNEIRO, Alcides; SANTOS, Lucia; IOZZI, Rosanna. Maternidade Adiada - novos padrões reprodutivos. **Coleção Estudos Cariocas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 74, 2011. DOI: 10.71256/19847203.9.1.74.2012. Disponível em: <https://estudoscariocas.rio/index.php/ojs/article/view/74>. Acesso em: 28 ago. 2025.

CARVALHO, A. A. DE. A fecundidade sob as lentes das preferências reprodutivas: um estudo para o continente asiático. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1–7, 5 abr. 2021. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0141>

CARVALHO, A. A.; GUERRA, F. F.; DIAS, I. G. Análise dos determinantes da fecundidade desejada: uma abordagem comparativa a partir dos determinantes do número de filhos de tidos. In: Congresso da Associação Latino-americana de População, 5. **Anais...**Montevidéu: ALAP, 2012. Disponível em: https://files.alapop.org/congreso7/files/pdf/alap_2012_final253.pdf. Acesso em 02 Fev. 2026

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. do N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1994. Disponível em: <https://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc-122/biblio/Carvalho1998.pdf>. Acesso em 24 Ago. 2025

CARVALHO, A. A.; VERONA, A. P. DE A. Religião e fecundidade: uma análise do nível e padrão da fecundidade segundo grupos religiosos no Brasil em 2006. **Horizonte**, v. 12, n. 36, p. 10861113, 30 dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/P.2175-5841.2014v12n36p1086>. Acesso em 24 ago. 2025

CARVALHO, J. A. M. de; WONG, L. L. R. La transición de la fecundidad en Brasil: causas y consecuencias. **Notas de Población**, n. 56, p. 107-141, 1992

Carvalho, J. A. M. de, & Wong, L. L. R. (2006). A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 13(2), 31-62.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. p.130. ISBN 9788580555738. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580555738/>. Acesso em: 08 set. 2025.

COUTINHO, R. Z.; MIRANDA-RIBEIRO, P.. Religião, religiosidade e iniciação sexual na adolescência e juventude: lições de uma revisão bibliográfica sistemática de mais de meio século de pesquisas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 333–365, jul. 2014.

DANTAS, B. S. DO A. Sexualidade, cristianismo e poder. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 3, 1 dez. 2010. <https://doi.org/10.12957/epp.2010.8909>

DATTANI, Saloni; RODÉS-GUIRAO, Lucas. Why the total fertility rate doesn't necessarily tell us the number of births women eventually have. [S. l.]: Our World in Data, 2025. Disponível em: <https://archive.ourworldindata.org/20251125-173858/total-fertility-rate-births-per-woman.html>. Acesso em: 7 fev. 2026.
DEROSE, L. F. Gender Equity, Religion, and Fertility in Europe and North America. **Population and Development Review**, v. 47, n. 1, 2 fev. 2021. <https://doi.org/10.1111/padr.12373>

DIAS, P. B. A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia. **Estudos Clássicos em Debate**, v. 6, p. 99–133, 2004. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/13456>. Acesso em 24 Ago. 2025

FIDELIS, Daiana Quadros; MOSMANN, Clarisse Pereira. A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. **Aletheia**, Canoas, n. 42, p. 122-135, dez. 2013. Disponível em <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3287>. Acesso em 06 ago. 2025.

FOLBRE, Nancy. Of patriarchyborn: the political economy of fertility decisions. **Feminist Studies**, College Park, v. 9, N. 2, 1983. <https://doi.org/10.2307/3177490>

FREITAS, R.; MENDES, M. F.; MACIEL, A. Depois dos 35 anos, quais as intenções de fecundidade dos sul-europeus? **Sociologia Problemas e Práticas**, v. 2017, n. 85, 26 jul. 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/24173>. Acesso em 06 ago. 2025.

FREUND, W. et al. **A Latin dictionary : founded on Andrews' edition of Freund's Latin dictionary**. Oxford: Clarendon Press, Printing, 1879. Disponível em: https://archive.org/details/latindictionaryf0000andr_i5j7/page/n5/mode/2up. Acesso em 24 ago. 2025

FRIAS, L. A. de M.; OLIVEIRA, J. de C. Níveis, tendências e diferenciais de fecundidade no Brasil a partir da década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 8, n. 1/2, p. 72–111, 1991. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/525>. Acesso em: 10 fev. 2026.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 7ª edição**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.25. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 08 set. 2025.

GONÇALVES, G. Q.; CARVALHO, J. A. M. de; RODRÍGUEZ WONG, L. L. .; TURRA, C. M. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX – uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 36, p. 1–34, 2019. DOI: 10.20947/s0102-3098a0098. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/1461>. Acesso em: 24 ago. 2025.

IBGE. **Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país | Agência de Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 6 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: religiões: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102182.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022 mostra um país com menos filhos e menos mães**. Agência de Notícias IBGE, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43837-censo-2022-mostra-um-pais-com-menos-filhos-e-menos-maes>. Acesso em: 6 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População do país vai parar de crescer em 2041**. Agência de Notícias IBGE, 28 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41056-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 6 jul. 2025.

KIRK, D. Demographic transition theory. **Population Studies**, v. 50, p. 361-387, 1996. <https://doi.org/10.1080/0032472031000149536>

KNODEL, J.; VAN DE WALLE, E. Lessons from the past: policy implications of historical fertility studies. **Population and Development Review**, v. 5, n. 2, p. 217-245, 1979. <https://doi.org/10.2307/1971824>

LEOCÁDIO, V.; VERONA, A. P.; WAJNMAN, S. Intenções de fecundidade: uma revisão da literatura acerca da variável em países de renda alta e no Brasil. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 40, p. 1–32, 7 abr. 2023. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0238>
MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MASON, K. The impact of womens social position on fertility in developing countries. Houghton, **Population Studies Center**, The University of Michigan, 1988 (Research Reports, n.123). Disponível em:

https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/45660/11206_2005_Article_BF01124382.pdf?sequence%3D1. Acesso em 24 ago. 2025

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MCQUILLAN, K. When Does Religion Influence Fertility? **Population and Development Review**, v. 30, n. 1, p. 25–56, mar. 2004.

<https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2004.00002.x>

MIRANDA-RIBEIRO, A. Decomposição da taxa de fecundidade total do Brasil, 1980-2010. **CADERNOS DO LESTE**, v. 24, n. 24, 2024.

<https://doi.org/10.29327/248949.24.24-3>

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. A.; FARIA, T. C. DE A. B. Baixa fecundidade e adiamento do primeiro filho no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. 1–18, 2 out. 2019. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0080>

MOGI, R.; ESTEVE, A.; SKIRBEKK, VEGARD F. The Decline of Spanish Fertility: The Role of Religion. **European Journal of Population**, v. 38, n. 5, p. 1333–1346, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10680-022-09644-1>. Disponível em:

https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9727060/pdf/10680_2022_Article_9644.pdf. Acesso em 24 ago. 2025

MOREIRA, M.; FUSCO, W. **Mulheres sem filho no Nordeste**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1 nov. 2014.

<http://dx.doi.org/10.13140/2.1.1903.1841>

POTTER, J. E. et al. Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 283-307, 2010.

Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3562356/pdf/nihms-221748.pdf>. Acesso em 24 ago. 2025

RAYBOULD, A.; SEAR, R. Children of the (gender) revolution: A theoretical and empirical synthesis of how gendered division of labour influences fertility. **Population Studies**, v. 75, n. 2, p. 1–22, 15 dez. 2020.

<https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1851748>

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra B. **Dicionário do latim essencial**. 2. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2014. E-book. p.143. ISBN 9788582173190. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582173190/>. Acesso em: 02 ago. 2025.

RIOS-NETO, E. L. Passado, presente e futuro da fecundidade: uma visão de idade, período e coorte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 17, n. 1/2, p. 5–15, 2000. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/352>. Acesso em: 24 ago. 2025.

SCHMERTMANN, C. P. et al. Bayes plus Brass: estimating total fertility for many small areas from sparse census data. **Population Studies**, v. 67, n. 3, p. 255-273, 2013. DOI:10.1080/00324728.2013.795602. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258062734_Bayes_plus_Brass_Estimating_Total_Fertility_for_Many_Small_Areas_from_Sparse_Census_Data. Acesso em 24 ago. 2025

STONE, Lyman. Religion and Fertility in Canada | **Cardus**, 2023. Disponível em: <https://www.cardus.ca/research/family/research-report/religion-and-fertility-in-canada/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. **Fecundidade e dinâmica da população brasileira**. Brasília: UNFPA, 2018. ISBN 978-85-98579-20-7. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop_brasil_web.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.

VERONA, A. P. A.; REGNERUS, M. Pentecostalism and premarital sexual initiation in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 99–115, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000100006>

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, Anderson Nunes de Carvalho. OS SEM RELIGIÃO NO BRASIL: Um estudo sobre o crescimento dos irreligiosos no país de 1940 a 2010 e possível cenário para 2050. **Caderno Teológico, Religião Democracia e Direitos Humanos**, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 07, n. 02, p. 87-113, jul./dez, 2024. ISSN 2318-8065

VON RONDON, Mileidy. A construção da competência moral e a influência da religião: contribuições para a bioética. **Rio de Janeiro**, 2009. Acesso em: 29 jun. 2025

WONG, L. L. R; BONIFÁCIO, G. M. Retomada da queda da fecundidade na América Latina. Evidências para a primeira década do século XXI. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 3, n. 4-5, p. 93–121, 19 dez. 2009. <https://doi.org/10.31406/relap2009.v3.i1.n4-5.7>